**Nova gestão**

*Aldem Bourscheit e Genilson Cezar*

*Governo, empresas e sociedade buscam consenso para regras de gerenciamento do lixo.*

Foram duas décadas de expectativa e exame de 149 projetos diferentes até a aprovação final pelo Congresso Nacional, e depois sanção presidencial, em 2 de agosto, da lei que cria o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, um ambicioso programa destinado a mudar a maneira como a sociedade trata o lixo em todas as suas dimensões.

Agora, os trabalhos para que as mudanças previstas entrem em vigor correm a toque de caixa. Reuniões frequentes entre técnicos dos ministérios, sob a coordenação da Casa Civil, dão os últimos retoques na proposta de regulamentação da nova lei, que, segundo Silvano Silvério, secretário de recursos hídricos e ambiente urbano do Ministério do Meio Ambiente, deverá ser assinada até o dia 2 de novembro.

Um dos pontos centrais da nova regulamentação é a chamada logística reversa, que impõe o retorno aos fabricantes de uma série de itens e produtos. Também fazem parte das regras a estruturação dos planos nacional, estaduais e municipais de gerenciamento de resíduos e de educação ambiental; o apoio a cooperativas de catadores; o sistema nacional de informações sobre resíduos; metas para aumento da coleta seletiva no país e incentivos econômicos que estão sem fase de definição pelo Ministério da Fazenda.

"A proposta em estudo não detalhará como deve ser a logística, mas sim o papel do governo, empresariado e sociedade para cumprir a regra", enfatizou Silvério, durante a palestra de encerramento do Seminário "Desafios para a Destinação de Resíduos Sólidos", realizado dia 26 de agosto, em São Paulo, pelo Valor, com apoio do Ministério do Meio Ambiente e patrocínio do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre).

"A logística reversa será fundamental para que os lixões sejam eliminados e para que os aterros sanitários recebam apenas rejeitos inservíveis. E promoverá a volta de itens recicláveis ao mercado", afirmou o secretário.

Segundo ele, a proposta de decreto não passará por audiências públicas, mas por debates com setores públicos e privados. "A ideia é privilegiar o acordo setorial como foi planejado, envolvendo as seis cadeias obrigadas a executar a logística reversa (agrotóxicos e embalagens, pilhas e baterias, óleos lubrificantes, pneus, lâmpadas e eletrônicos). Vamos trabalhar com vistas a inaugurar o acordo setorial, através de um edital que será publicado proximamente, estabelecendo as regras do jogo, deixando o setor produtivo conversar e dialogar a respeito. Depois que a cadeia setorial apresentar sua proposta ao governo, ela poderá se transformar em decreto. A nossa expectativa é que tenhamos um processo que seja regulamentado e combinado com a coleta seletiva", explica o secretário do MMA.

A perspectiva de uma próxima regulamentação da política de resíduos sólidos entusiasma todos os agentes envolvidos no processo - parlamentares, representantes do setor público e privado e catadores de rua e suas cooperativas. Engrenagem indispensável para que o país amplie o uso de muitos materiais antes jogados no lixo, os catadores de materiais recicláveis, por exemplo, esperam que a regulamentação da política nacional de resíduos sólidos traga incentivos que levem à melhor estruturação das cerca de 500 cooperativas que atuam no país para atender melhor às necessidades da indústria, aprimorando a qualidade dos produtos oferecidos e reduzindo a presença de atravessadores nas negociações. "Em algumas regiões, o quilo do plástico PET é vendido por trinta centavos ao atravessador, que revende à indústria por um real", comentou Severino Lima Júnior, do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Reajustar essas relações é fundamental para os pelo menos 800 mil catadores em atuação no país, pois atualmente o baixo rendimento da atividade não permite acumulação de materiais e de capital pelas cooperativas para negociações diretas com a indústria. Hoje, cerca de nove em cada dez quilos de material reciclável chegam às empresas depois de passar pelas mãos de catadores, afirmou Júnior. "Não queremos ser vistos como um elo menor na cadeia da reciclagem, mas como empreendedores que precisam de mais apoio para capacitação e estruturação e assim dar os resultados que a indústria, que o governo e que a sociedade precisam para o gerenciamento nacional de resíduos sólidos", ressaltou Lima Júnior.

Para Victor Bicca Neto, presidente do Cempre, os projetos de sustentabilidade ambiental desenvolvidos por grandes empresas já mostram a responsabilidade do setor empresarial em relação à nova legislação e a intenção de transformá-lo numa coisa nova. Uma dessas experiências de sucesso é a da Coca-Cola. Segundo Henrique Braun, vice-presidente de operações filial brasileira, a empresa tem reduzido o consumo de matérias-primas na produção de garrafas de vidro e plástico e até produzido garrafas com plástico reciclado. Além disso, o uso de embalagens retornáveis vem aumentando acima da média de mercado. Isso se deve a questões ambientais, mas também ao crescimento do volume e do poder de compra da classe média. "Diferentes materiais e tamanhos de embalagens trazem uma robustez de mercado que permite melhor trabalhar os preços de venda, e com maior comércio e uso repetitivo até o momento do descarte final, temos preços mais competitivos para as embalagens retornáveis", disse.

"O Brasil tem agora um marco legal, com forte participação empresarial, de setores sociais, para discutir questões importantes, como o lixo eletrônico, que é o que mais cresce no mundo, e devemos atacar isso com seriedade", avalia Bicca Neto. "Estamos desenvolvendo um projeto junto com o Ministério do Meio Ambiente para elaborar o primeiro diagnóstico oficial de como os resíduos eletroeletrônicos são tratados no país. É uma oportunidade de fazer uma coisa diferente e as empresas estão engajadas nisso", afirmou.

Os sistemas de coleta seletiva municipais são exemplos igualmente animadores, segundo empresários e técnicos governamentais, embora ainda estejam limitados a uma quantidade muito pequena dos municípios brasileiros. Eram menos de 100, em 1988, somavam 405, em 1990, e hoje chegam a mais de 990 municípios, segundo o MMA.

O envolvimento responsável de vários agentes, públicos e privados, e da sociedade na elaboração do plano nacional de resíduos sólidos quebrou arestas e representa um avanço importante em direção a um novo cenário ambiental. Mas ainda há desafios a superar. "É preciso avançar mais na questão dos incentivos fiscais, financiamento e estímulos creditícios no campo da logística reversa e da coleta seletiva", defende o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), coordenador do grupo de trabalho sobre resíduos sólidos da Câmara dos Deputados. "Há uma demanda da sociedade. Produtos que são reciclados não podem ter o mesmo tratamento fiscal de produtos originais."

**Responsabilidade compartilhada é peça fundamental**

*Aldem Bourscheit*

A expectativa em torno do Plano Nacional de Resíduos Sólidos é de que na implementação da lei sejam estruturadas cadeias de coleta, separação, transporte e reciclagem de materiais em todo o país. Como a da TetraPak, fornecedor global de soluções para processamento e envase de alimentos, que precisou de 15 anos para construir seu sistema de montagem, coleta e reciclagem de embalagens longa vida no Brasil e já começa a exportá-lo para outros países da América Latina onde atua.

Conforme o diretor-executivo de meio ambiente da empresa, Fernando Von Zuben, reciclar depende de boa coleta e separação de materiais e de empresas recicladoras. Por isso a TetraPak montou nos anos 1990 a primeira recicladora no país e estimula a economia e a reciclagem internas e entre clientes e fornecedores. Hoje operam no Brasil 30 empresas reciclando papel, alumínio e plástico de embalagens longa vida. "É uma estrutura empresarial montada onde cooperativas, indústrias, governo e sociedade ganham", disse.

A gigante dos computadores Dell vem usando materiais alternativos como o bambu em embalagens, aproveitou 2.300 toneladas de plástico reciclado desde 2008 na produção de equipamentos e deixou de usar embalagens individuais na entrega de pacotes com vários produtos. Para facilitar o retorno e o descarte de computadores e periféricos, oferece a clientes e empresas o recolhimento em domicílio. Assim, os produtos podem ser reciclados ou ter um destino mais correto. "Tiramos um problema do cliente com uma atitude que é lucrativa", disse.

Nas mais de 450 lojas espalhadas pelo país, a rede de supermercados Walmart atua com 44 cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Nesses locais, também foram instaladas 300 estações para coleta de garrafas, plásticos e outros recicláveis. "Também estamos mudando a forma de construir e operar lojas e nossas relações com fornecedores para promover a menor geração e um maior aproveitamento de resíduos", contou Daniela de Fiori, vice-presidente de assuntos corporativos e sustentabilidade da rede.

Uma iniciativa da rede em parceria com outras 15 empresas vem promovendo o retrabalho de produtos desde a sua origem. Uma das ações levou ao menor uso matéria-prima na produção de embalagens dos curativos Band-Aid.

Empresa presente em mais de 200 países, a Coca-Cola avalia que a responsabilidade compartilhada e os catadores são peças-chave para a política nacional de resíduos. Conforme o vice-presidente de operações da empresa no Brasil, Henrique Braun, as cooperativas inseridas nesse processo precisam de incentivos para fornecer quantidades maiores e melhores de recicláveis à indústria. "O desafio é ter matérias-primas em quantidade e com valor agregado. O Brasil é hoje campeão mundial na reciclagem de latas de alumínio porque elas têm valor de mercado", ressaltou.

O Brasil recicla por ano 23 milhões de toneladas de papelão ondulado em mais de cem fábricas, enquanto a coleta e reciclagem de papelão e papel representa metade dos ganhos das cerca de 500 cooperativas que operam no país. "Produtos reciclados e recicláveis geram empregos e renda e reduzem o desperdício de matérias-primas. Por isso eles não podem ter o mesmo tratamento de itens comuns, precisam de tratamento fiscal e tributário diferenciado para consolidar a logística reversa", defendeu Zuben, da TetraPak.

**Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 30 ago. 2010, Especial Resíduos Sólidos, p. G1.**